

COM A PALAVRA



FOTOS: ANA PAULA NOGUEIRA

João Pedro Stédile

Lutamos pelo fim da desigualdade social

PERGUNTAS & RESPOSTAS

Pergunta - O senhor é formado em Economia e possui pós-graduação na Universidade do México. Como foi a sua identificação com o MST e o sr. se considera um intelectual ou apenas um militante?

Resposta - O meu envolvimento com a luta pela reforma agrária vem de vários fatores do contexto histórico que a minha geração viveu e também do fato de eu ser filho de camponês e ter passado toda a minha juventude no meio rural. Eu peguei o período em que houve um "reacenso" (fic) do movimento de massas contra a ditadura e ainda sofri as influências, como todo mundo naquela época, do trabalho pastoral das igrejas cristãs, católicas e luteranas, que faziam um trabalho de conscientização e contra a ditadura militar. Ao mesmo tempo, todo mundo no meio rural sabe que a única maneira de melhorar de vida é estudar. Então, eu sempre tive amor ao estudo, à vontade de estudar, e tive a sorte que mesmo indo estudar em Porto Alegre, fazendo essa trajetória de todos os filhos pobres que vão para as capitais, como ter que morar em casa de estudante e trabalhar de dia para estudar de noite, eu tive a sorte também, de em seguida que eu estava em Porto Alegre, entrar para a Secretaria da Agricultura. Assim que eu consegui manter, embora estudando na Economia, o vínculo permanente com a área agrícola. Por isso, mais do que tudo eu me sinto um militante, e o fato de eu ter estudado me ajudou a compreender melhor a realidade do nosso país, da América Latina, do mundo e,

ao mesmo tempo, ter a percepção de que é muito importante para todo militante social dominar o conhecimento científico. E isso nós procuramos cultivar, não só no MST, mas em todos os movimentos sociais.

P - Como o senhor analisa a dimensão que o MST alcançou, já que hoje ele é um dos movimentos sociais mais expressivos?

R - O MST é um movimento que procura conscientizar os pobres do campo, procura organizá-los e, através dessa organização, faz a luta para combater a pobreza e a desigualdade social na nossa sociedade. No início do movimento, a nossa luta se restringia à luta pela terra, pois achávamos que combatendo apenas a concentração da propriedade da terra seria suficiente para sair da pobreza e eliminar a desigualdade social. Depois nos demos conta que era necessário democratizar também o capital, que é fundamental para organizar a produção, para que os camponeses controlem as agroindústrias, que é o que agrega valor aos produtos e permite melhorar a renda. Depois incorporamos a idéia de que é necessário democratizar a educação, porque as pessoas para se realizarem enquanto cidadãos precisam ter conhecimentos e, mais recentemente, após o neoliberalismo tomar conta da nossa economia, percebemos que é impossível haver mudanças na agricultura, no meio rural, que mudem a pobreza e a desigualdade social, sem combatermos o modelo econômico. O MST é fruto desse

Este gaúcho de 52 anos, natural de Lagoa Vermelha, casado, pai de quatro filhos, é certamente uma das figuras mais polêmicas do país. João Pedro Stédile, líder maior do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) é venerado pelos movimentos sociais e odiado por aqueles setores que desaprovam táticas de pressão pela reforma agrária como as "ocupações" de terra, linguagem utilizada pelos simpatizantes da causa. Em sua rápida passagem por Santa Maria, no dia 19 de julho, Stédile, que tem formação de economista, foi ouvido pelo Jornal da SEDUFMS para que avaliasse temas polêmicos como a invasão da Câmara Federal pelo MLST, grupo que é um dissenso do MST, e também sobre o processo político em curso no país. O líder dos sem-terra é muito franco em sua fala. A posição crítica, adquirida por influência da Igreja Progressista e pelos seus conhecimentos universitários, é usada para espinaftrar desde o governo Lula, a "direita conservadora" e até mesmo o partido que surgiu de uma dissidência petista, o P-Sol (Partido Socialismo e Liberdade). Para Stédile, o governo Lula é ambíguo, mas Heloisa Helena (candidata a presidente da República pelo P-Sol) pegou o foco errado ao se dedicar a debater a corrupção. Segundo ele, o importante é debater um projeto de nação que se distancie da visão imperial do mercado. Acompanhe a seguir os principais trechos:

contexto. Ele não cresceu por si só, é resultado de parte da história do povo brasileiro.

P - Como o senhor avalia a ação do MLST que invadiu e depredou a Câmara dos Deputados?

R - Esse é um tema delicado, porque em termos gerais, como movimento social, eles têm o direito de se manifestar na Câmara. Aliás, o MST e outros movimentos, já fizeram várias manifestações dentro da Câmara. Já levamos centenas de companheiros para lá e nunca houve tumulto. Qual o problema da ocupação do MLST? É que certamente eles sofreram uma infiltração de setores da inteli-

gência da polícia, que infiltraram policiais fantasiados de trabalhadores e no meio daquele empurra-empurra que sempre acontece, provocaram aquele quebra-quebra. Está tão evidente esse processo de provocação e infiltração tamanha foi a repercussão que a imprensa deu para o fato. É como se a imprensa já estivesse até preparada para dar uma amplificação maior do que o fato político real. Isso é a única coisa que pode explicar a reação da direita, que exigia a prisão imediata de 450 trabalhadores como se eles tivessem cometido um crime de lesa-pátria. Nós interpretamos aquele episódio dessa forma e fizemos inclusive um debate em nossa base, pois nesses períodos eleitorais a

direita fica muito nervosa, fica muito atacadada como dizem no interior e são capazes de cometer qualquer provocação. Os momentos eleitorais são muito difíceis para os movimentos sociais porque é difícil fazer luta social, o governo está em transição e, ao mesmo tempo, se tu tentar algum tipo de mobilização, as forças de direita em geral promovem provocações de todo tipo.

P - Os empresários do campo costumam criticar as táticas do MST, entretanto, o que se viu recentemente foram eles fecharem estradas protestando contra a política do governo federal. O sr. acredita que a prática do Movimento Sem-Terra ao longo dos anos influenciou também na tática dos demais agricultores?

R - Não, a luta social do ponto de vista genérico faz parte de todas as sociedades desde os primórdios da civilização. Sempre houve mobilização social, pressão. Isso faz parte da democracia e da disputa entre os grupos e classes sociais em qualquer sociedade na história da humanidade, porque as sociedades estão em permanente contradição e em disputa de interesses. As táticas e as formas de luta que o movimento dos sem-terra usa não são nenhuma novidade. Qualquer historiador pode identificá-las em outros períodos históricos da nossa sociedade e de todos os países do mundo, de maneira que também as formas de pressão que os fazendeiros usam não são novidades e, no nosso modo de entender, são legítimas. Não tem problema nenhum que os fazendeiros barrem as estradas, que façam pressão sobre o governo. O que a sociedade tem que compreender é se os objetivos são legítimos, se as reivindicações são sociais ou apenas para manter privilégios. É esse o critério de julgamento que as pessoas e os grupos têm que adotar. Não é sobre as formas de pressão e sim sobre os objetivos dela. Os empresários, os banqueiros do FMI, às vezes usam pressões mais sutis sobre os governos, fazem ameaças por telefone, reuniões constrangedoras, que aparentemente são feitas de gravata, mas os objetivos deles são muito mais perversos porque, em geral, condicionam os programas de governo, atrelam os interesses nacionais aos bancos.

P - Quais são as perspectivas do MST em relação às eleições presidenciais?

R - O MST como movimento social ao longo dos seus 20 anos nunca tomou uma definição, nem partidária, nem de opção por uma candidatura específica. Nós sempre defendemos que para a saúde política de qualquer movimento social é preciso que os movimentos mantenham autonomia em relação aos governos, ao Estado, aos partidos, as religiões. No entanto, a nossa base social é estimulada para que como cidadãos tenham uma ativa partici-

pação na sociedade, faz parte da democracia. A nossa base participa das eleições e dos processos de disputas como militantes sociais, como cidadãos e, no quadro eleitoral atual, diante do cenário que está colocado. Infelizmente, estamos assistindo até agora um quadro muito difícil, porque a rigor as candidaturas postas não vão fazer uma campanha eleitoral de disputa de projetos. Não haverá um processo de politização que leve a sociedade brasileira a se conscientizar que o maior problema que o Brasil tem é a falta de projeto. Estamos diante de uma conjuntura em que, de um lado, temos a candidatura Lula, que será a continuidade de um governo ambíguo, que é a conjugação de forças neoliberais com forças de centro e com a esquerda. De outro lado nós temos o Alckmin, que seria a subordinação total da economia brasileira aos interesses do capital financeiro e internacional. Temos ainda a candidatura do Cristóvam que é muito mais para garantir a cota de barreira do PDT, uma vez que ele não é um quadro histórico do PDT, e a candidatura da Heloisa Helena, que tem dois problemas, pois além de não discutir projeto, não é uma candidatura

fundamentada em uma base social clara. Pelo que parece até agora, é uma candidatura respaldada por setores descontentes com o governo Lula e setores dos servidores públicos. Não é uma candidatura calcada num projeto de ascensão da classe trabalhadora brasileira, embora legítima e até necessária, pois representa um setor pequeno. O segundo problema da candidatura da Heloisa Helena é que ela pegou um viés de tática política de apenas ficar batendo na corrupção, o que é um falso debate, porque a corrupção nesse país sempre existiu. É da natureza do capitalismo ter corrupção. O problema que nós temos é debater um projeto para o país. Diante desse cenário que eu descrevi, a ampla maioria da nossa base social está optando pelo Lula, porque pelo menos vai ser a continuidade de um governo que está sendo disputado pelas forças políticas e que mantém as margens para nós debatermos um novo projeto para o país.

"Falta para o Brasil um projeto de país"

P - Como o senhor avalia o governo federal, em especial, no que se refere às questões sociais?

R - O governo Lula é ambíguo porque representa uma composição de forças. Há



dentro dele forças sociais que querem mudanças estruturais, que são de esquerda, há setores acomodados de centro, que não querem mudança nenhuma e há setores neoliberais, que querem inclusive, aprofundar o projeto neoliberal. Essa é a natureza do governo Lula. Por outro lado, durante os 15 anos dos governos neoliberais anteriores houve mudanças na natureza do Estado brasileiro, que é diferente do governo, e é isso que complica as possibilidades do governo, de por si só, fazer mudanças, porque o Estado brasileiro foi reduzido, na sua função, ao papel que o capital financeiro e internacional exige dos Estados nacionais. O modelo neoliberal exige do Estado, primeiro, que ele se afaste da produção, se afaste dos investimentos produtivos, daí a sanha de privatizar todas as empresas estratégicas estatais. A segunda coisa que o neoliberalismo quer, é que o Estado seja o fiador, o capataz que aplica uma alta taxa de juros, que é a principal forma de acumulação de riqueza dos bancos e das transnacionais, não é mais explorando a mão de obra barata nas fábricas. O centro da acumulação do capitalismo internacional está nos juros, a única coisa que eles (bancos e transnacionais) querem é que o Estado aplique altas taxas de juros e recolha o dinheiro da população na forma de impostos e depois transfira esses juros para os bancos. O terceiro papel que eles exigem do Estado é a repressão social, ou seja, o controle dos pobres porque eles têm perfeita consciência de que o neoliberalismo é um sistema que exclui cada vez mais as pessoas da possibilidade de mobilidade social, de ascensão social, porque a renda vai concentrando cada vez mais. No caso brasileiro, como somos um país continental e federado, esse papel da repressão social não é cumprido pelo governo federal, e nisso o governo Lula até se escapou. A repressão é exercida pelas polícias militares dos governos estaduais e é essa a razão de porque, nessa eleição inclusive, a direita brasileira estar jogando muito mais dinheiro em consolidar os governos estaduais do que fazer uma oposição clara ao governo Lula. Se a direita quisesse mesmo derrotar eleitoralmente o governo Lula, teria colocado o Serra e não o Alckmin. É de se presumir que a direita, tendo pesquisas qualitativas que mostravam que o potencial eleitoral do Lula estava consolidado, preferiu jogar todas as suas fichas em garantir os governos estaduais, porque os governos estaduais são os que cumprem esse papel da repressão social. É muito emblemático que o Serra abra mão de disputar com o Lula para ter uma eleição quase garantida como governador de São Paulo. E é muito sintomático que o prognóstico eleitoral pelo Brasil afora seja trágico para as forças progressistas em relação aos governos estaduais.